



Ministério da Planificação e Desenvolvimento

Ministério das Finanças

CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO

2012-2014

Aprovado pelo Conselho de Ministros a 05 de Julho de 2011

Maputo, Julho 2011

INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO	5
2.1. Conjuntura macroeconómica internacional	5
2.2. Tendência do comércio internacional e de preços	7
3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS	10
3.1. Produto Interno Bruto (PIB)	10
3.2. Empreendimentos estruturantes com início em 2011	12
3.3. Inflação	14
4. ENVELOPE DE RECURSOS	16
4.1. Receitas do Estado e Recursos Externos	17
4.2. Medidas de contenção e racionalização da despesa pública.....	21
5. AFECTAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS	23
5.1. Despesas de Funcionamento	23
5.2. Despesas de Investimento	25
5.2.1. Despesas de Investimento de âmbito Central	28
5.2.2. Despesas de Investimento de âmbito Provincial e Distrital	30
5.3. Outras despesas relevantes.....	31
6. RESUMO DA AFECTAÇÃO DE RECURSOS	32

1. INTRODUÇÃO

1. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento rolante de planificação de médio prazo através do qual são actualizadas as opções estratégicas direccionadas a materializar as grandes linhas constantes no Plano Quinquenal do Governo (PQG).

2. A actualização do CFMP visa fazer reflectir as mudanças conjunturais e estruturais que posteriormente são consideradas na elaboração do Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento do Estado (OE)¹, instrumentos operacionais anuais de materialização dos objectivos estratégicos. O CFMP 2012-2014 subordina-se ao PQG 2010-2014 cujo objectivo central é “combater a pobreza para melhorar as condições de vida do povo moçambicano, em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade”.

3. A conjuntura macroeconómica internacional é influenciada pela crise financeira internacional, que apesar de mostrar tendências de recuperação, os efeitos desta ainda se fazem sentir nas principais economias. A nível doméstico, este panorama é ainda agravado pelo facto de Moçambique ser importador líquido de combustível e alimentos, num momento em que estes bens mostram sinais de volatilidade e agravamento de seus preços.

4. A necessidade de fazer face aos efeitos da crise financeira mundial e à instabilidade nos preços de combustíveis e alimentos tem resultado em restrições na disponibilidade de recursos para realização de algumas despesas prioritárias. A programação de despesas entre 2012 e 2014 é feita numa perspectiva de maior descentralização de recursos e baseia-se nos Objectivos Centrais do Plano de Acção para Redução da Pobreza 2011-2014 (PARP), designadamente: 1) Aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira; 2) Desenvolvimento Humano e Social; e 3) Promoção do Emprego.

5. Tendo em conta a conjuntura macroeconómica internacional e ao cenário sócio-económico nacional, espera-se que o PIB real alcance 568 mil milhões de Meticais em 2014 comparando com o actual de pouco mais de 379 mil milhões de Meticais em 2011. A implementação e concretização de

¹ É um documento de programação e gestão de recursos financeiros, com uma visão de médio prazo na programação orçamental. Este permite uma planificação estratégica de médio prazo coerente e compatível com os recursos disponíveis, assegurando assim, a disciplina fiscal e o equilíbrio macroeconómico. Em suma, o CFMP é um modelo que ajuda a prever as receitas e despesas públicas, através do qual se fixam os limites do OE para cada ano económico.

empreendimentos estruturantes são fundamentais e determinantes para que estes níveis de crescimento se registem. Afigura-se também decisivo a dinamização das pequenas e médias empresas, como factor chave para a criação de postos de trabalho e aumento da base tributária.

6. Tendo em conta os níveis de crescimento atrás mencionados, estima-se que as Receitas do Estado aumentem de pouco mais de 79 mil milhões de Meticalis em 2011 para cerca de 126 mil milhões de Meticalis em 2014. O CFMP 2012-2014 apresenta as directrizes sobre as prioridades estratégicas e os limites globais de despesa que orientam o estabelecimento de limites para cada Instituição e Órgão do Estado. O documento apresenta limites para as rubricas de funcionamento por cada âmbito; limites de investimento para programas estratégicos, para as Províncias e para os Distritos. Durante este processo de fixação de limites sectoriais por cada Unidade Gestora Beneficiária, será observada a necessidade e possibilidade de ligação e integração de acções sectoriais que concorrem para a materialização dos mesmos objectivos.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO

2.1. Conjuntura macroeconómica internacional

7. A crise financeira internacional que se tem verificado desde 2008 tem criado desequilíbrios e incertezas no que concerne às perspectivas do crescimento económico mundial. A crise originada nos Estados Unidos, influenciou o sistema financeiro global, tendo causado a redução de crédito às empresas e entre bancos, o que por sua vez resultou na queda da procura agregada e consequentemente redução da produção e aumento dos índices de desemprego. Não obstante, em finais de 2009, a economia mundial vem recuperando da fraca procura e do *stress* nos mercados de capitais, o que se tem traduzido na melhoria dos indicadores de confiança e das expectativas para o futuro.

8. Previsões recentes do FMI sugerem um crescimento da economia mundial de 4.4% em média entre 2011 e 2012, sendo de 2.2% para os países desenvolvidos, o que a acontecer, representaria uma relativa recuperação destas economias. No entanto, grande parte desta recuperação tem sido atribuída a factores temporários, como por exemplo programas governamentais de estímulo económico e intervenção do Banco Central Europeu.

9. A incerteza ainda presente nos mercados financeiros é um risco que afecta muitos dos países desenvolvidos. Para os Estados Unidos da América está prevista uma recuperação forte relativamente a maioria das economias desenvolvidas, esperando-se para este país um crescimento médio de 2.5% no mesmo período. Apesar da prevalecente incerteza que ameaça as economias mundiais, existem perspectivas positivas sobre a tendência e volume de exportações dos países africanos, o que resultaria de uma crescente procura por parte das economias como a dos Estados Unidos e da União Europeia.

10. As perspectivas para as economias emergentes são positivas, particularmente para os da região asiática. Prevê-se que o crescimento médio das novas economias industrializadas asiáticas seja de 4.8% entre 2011 e 2012, o que poderá constituir uma oportunidade e uma nova fonte importante de procura de exportações para Moçambique. No caso da China, a perspectiva de apreciação da moeda, combinada com forte crescimento do consumo após anos de balanço externo positivo, afigura-se um cenário importante de crescimento nas suas importações. Da maneira geral, pode-se observar um

movimento económico mundial direccionado para a Ásia, que apresentou níveis de crescimento impressionantes e mudanças nos últimos anos.

11. A outra região que se destaca é a América Latina e o Caribe, com previsões de crescimento de 4.4% entre 2011 e 2012. Com a melhoria da conjuntura económica internacional, prevê-se que o crescimento do PIB do continente africano volte a acelerar, crescendo a uma média de 5.7% entre 2011 e 2012. No que diz respeito a África, as perspectivas não são positivas em todos os Países do continente. Em 2009, mais da metade dos países africanos dependiam da exportação de uma única matéria-prima para gerar mais da metade das rendas das exportações². Esta alta dependência gera instabilidade e fragilidade nas economias africanas.

Quadro 1. Taxas de Crescimento Mundial e das Principais Economia

	2010	2011	2012
	Estimativa	Projeções	
Mundial	5.1	4.3	4.5
Economias Avançadas	3.0	2.2	2.6
Estados Unidos da America	2.9	2.5	2.7
Zona Euro	1.8	2	1.7
Alemanha	3.5	3.2	2
França	1.4	2.1	1.9
Italia	1.3	1	1.3
Espanha	-0.1	0.8	1.6
Japão	4	-0.7	2.9
Reino Unido	1.3	1.5	2.3
Canadá	3.2	2.9	2.6
Outras Economias Avançadas	5.8	4	3.8
Novas Economias Asiaticas Industrializadas	8.4	5.1	4.5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	7.4	6.6	6.4
Sub-Sahara	5.1	5.5	5.9
Ásia em Desenvolvimento	9.6	8.4	8.4
China	10.3	9.6	9.5
Índia	10.4	8.2	7.8
Brasil	7.5	4.1	3.6

Fonte: IMF (World Economic Outlook, Junho 2011)

² Africa Pulse, World Bank, April 2011, Volume 3

2.2. Tendência do comércio internacional e de preços

12. As projecções do desempenho da produção global para 2012 mostram sinais de estagnação, em relação aos anos anteriores sendo de 2.5% nos países desenvolvidos e 6.9% nos países em vias de desenvolvimento (WEO³, 2011). Este facto consubstancia a tendência elevada de preços a nível mundial uma vez que a demanda pelos produtos alimentares e combustíveis permanece elevada, sem muitas expectativas de recuperar a breve trecho.

13. O factor fundamental para a manutenção de alta de preços tem sido a procura mais do que esperada em bens e mercadorias durante o segundo semestre de 2010, onde se verificou a subida de preços de petróleo para cerca de USD\$90 por barril em meados de Janeiro de 2011, contra USD\$83 em Abril de 2010. No que se refere aos alimentos, tem sido feita referência aos choques na oferta devido aos aspectos relacionados às adversidades climáticas, tal como fogos e secas na Ásia central, e chuvas excessivas. Como indicador da tendência mundial, o índice de preços de alimentos do Banco Mundial subiu de 15% entre Outubro 2010 e Janeiro 2011, situando a apenas 3% abaixo do máximo verificado em 2008⁴.

14. A projecção do volume de transacções de bens e serviços no mercado internacional mostra tendência de desaceleração para os anos 2011 e 2012 comparativamente ao que se verificou em 2010 (Quadro 2). Previsões para 2010 e 2011 apontam para uma variação normalizada dos índices de preços face à evolução histórica, estando mais altos em relação a 2009, mas abaixo do verificado em 2008.

15. A evolução do preço do petróleo a médio prazo dependerá em grande medida da resposta da OPEP ao crescimento da demanda global e à evolução da situação na África no Norte e no Meio Oriente. O preço médio do barril em 2009 foi de 61.8 US\$. Após atingir um nível de cerca de USD\$ 125 por barril em Março do corrente ano, na primeira semana de Abril o preço situou-se em cerca de USD\$ 109. A recuperação prevista do preço do petróleo deve-se principalmente à redução da

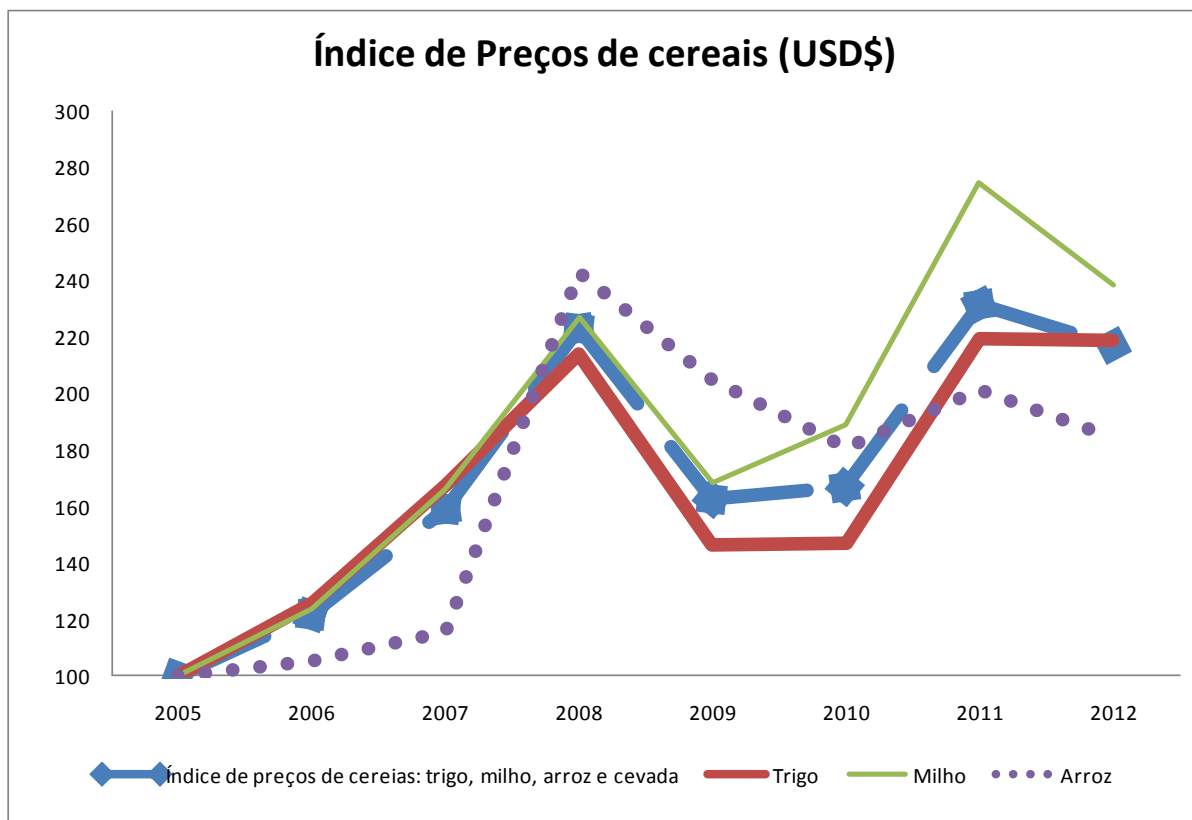
³ World Economic Outlook

⁴ Food Price Watch, World Bank, February 2011

produção implementada pelos membros da OPEP como forma de restringir a oferta global e exercer pressão nos preços⁵.

16. Prevê-se também uma tendência de subida dos preços internacionais de alimentos, que para alguns produtos já se encontram em níveis superiores aos verificados em 2008 (Gráfico 1)

Gráfico 1. Índice mundial de preços de cereais



Fonte: WEO, 2011

⁵ IMF World Economic Outlook: Sustaining the Recovery, October 2009, pp. 89-91.

17. Prevê-se que o baixo *stock* de bens (principalmente alimentos e combustíveis) levará um tempo considerável a recuperar, o que reforça os receios quanto a grande possibilidade dos preços permanecerem mais voláteis do que tem sido o normal.

Quadro 2. Taxas de crescimento do comércio e preços mundiais (variação percentual)

	2010	2011	2012
	Estimativa	Projeções	
Volume do Comércio Internacional	12.4	8.2	6.7
Importações			
Economias Avançadas	11.6	6.0	5.1
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	13.7	12.1	6.0
Exportações			
Economias Avançadas	12.3	6.8	6.1
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	12.8	11.2	9.0
Inflação			
Economias Avançadas	1.6	2.6	1.7
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6.1	6.9	5.6
Preços Internacionais de Mercadorias			
Petróleo	27.9	34.5	-1.0
Produtos não Petrolíferos	26.3	21.6	-3.3

Fonte: FMI (*World Economic Outlook, Junho 2011*)

18. De uma forma geral, as previsões mais recentes indicam haver uma tendência para o agravamento do preço do petróleo. Este agravamento pode acentuar-se se a instabilidade política nos países produtores de petróleo afectar os preços deste produto. Os preços internacionais dos alimentos subiram nos últimos 8 meses consecutivos. O Plano Económico e Social (PES) de 2011, prevê que a taxa média de inflação de 12 meses para este ano seja de 8.0% (PES 2011, Set. 2010). No entanto, com a pressão inflacionária internacional, esta previsão poderá ser revista. Numa fase caracterizada pelo aumento e volatilidade dos preços internacionais dos combustíveis e dos alimentos, o Governo adopta formas diversas de prevenção e mitigação a favor sobretudo das camadas populacionais mais vulneráveis, quer no curto prazo, quer no médio e longo prazo⁶.

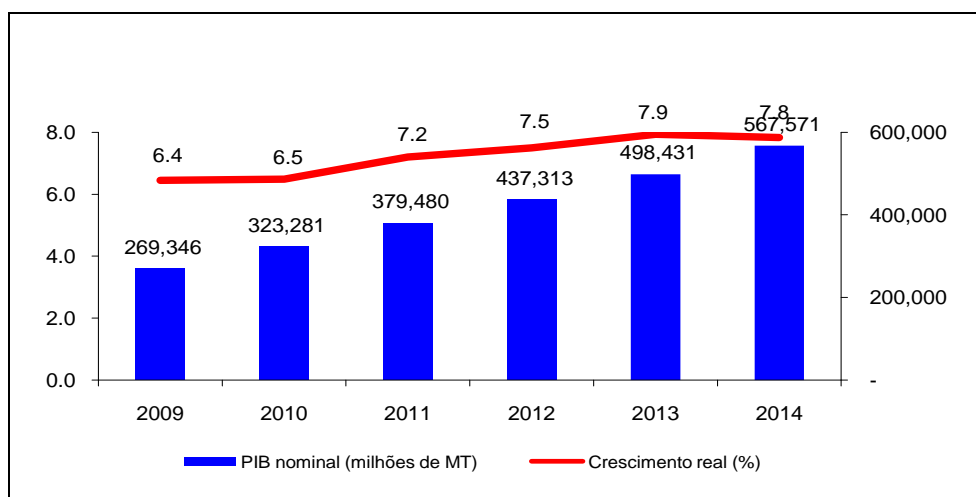
⁶ Essas medidas são descritas em secções seguintes

3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

3.1. Produto Interno Bruto (PIB)

19. O crescimento da economia moçambicana no ano de 2010 foi de 6.5%, o que é resultado em parte dos reflexos benéficos da recuperação da economia mundial face à crise económica mundial. Na perspectiva de que este cenário melhore nos próximos anos e tendo em conta o arranque de grandes empreendimentos em vários sectores produtivos, espera-se para Moçambique um crescimento médio anual de cerca de 7.7% durante o período 2011-2014 (Gráfico 2).

Gráfico 2: Crescimento económico em Moçambique



Fonte: Projeções do Quadro Macro-MPD-MF, 2011

20. O crescimento médio anual esperado dos sectores da Agricultura⁷ (10.8%), Indústria Extractiva (10.6%), Electricidade e Água (10.2%), Construção (12.4%) e Transportes e Comunicações (10%) é que determinarão significativamente o crescimento esperado durante o período 2011-2014.

21. O crescimento previsto nestes sectores reflecte em grande medida o resultado dos investimentos⁸ previstos nessas áreas, no entanto:

⁷ Inclui o sector da pecuária e silvicultura

- O crescimento do sector agrícola previsto para 2011 e no médio prazo, será determinado pela concretização do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (2008-2011), boa estação chuvosa prevista para 2011 e operacionalização do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2010-2019) recentemente aprovado.
- O crescimento previsto no sector da indústria extractiva poderá ser impulsionado pela produção e exportação de carvão mineral com o início previsto nos finais do ano corrente nos empreendimentos de Benga e Moatize. Este empreendimento poderá resultar na geração de emprego nestas áreas, e de receitas adicionais significativas para o Estado, directamente, através do pagamento de *royalties*, licenças e outros impostos, e indirectamente através do estímulo a outros sectores complementares como transportes e electricidade.
- O crescimento previsto no sector da electricidade e água está relacionado com a implementação do projecto de electrificação rural e do arranque do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) o qual poderá trazer um maior impulso na produção de água e na dinamização dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA).
- A dinâmica esperada no sector de Transportes e Comunicações reflectirá a implementação da Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Sistema de Transportes recentemente aprovado, onde foram programadas várias acções que visam alterar a estrutura da infra-estrutura e dos serviços de transportes nos corredores que garantem o acesso aos principais portos moçambicanos às zonas do interior da África do Sul, do Zimbabwe e o Malawi.

22. Em geral, as projecções de crescimento previstas no CFMP 2012-2014 são sustentadas pelos seguintes pressupostos:

- **Retorno à estabilidade da economia mundial**, afectando positivamente a economia moçambicana por via de uma maior procura pelas suas exportações e recuperação de seus preços no mercado internacional;
- **Melhoria das condições financeiras nos mercados internacionais de capitais**, resultando em maior fluxo do investimento directo estrangeiro (IDE);

⁸ Para a lista detalhada dos Projectos de Investimento vide o anexo 1.

- **Melhoria do ambiente de negócios em Moçambique**, impulsionada por melhoria dos serviços de apoio ao sector privado tal como o recém-criado Centro de Orientação ao Empresário, tutelado pelo Instituto para Promoção das Pequenas e Médias Empresas;
- **Crescimento do nível de emprego**, reflectindo a melhoria do ambiente de negócios e a redução dos constrangimentos no processo de criação de empresas e criação de novos postos de trabalho.

3.2. Empreendimentos estruturantes com início em 2011

23. Para assegurar o crescimento da economia os empreendimentos de grande vulto têm um contributo determinante, principalmente através de receitas de concessão, os recursos do investimento, através da contribuição na balança de pagamentos e nas receitas do Estado (fiscais e de concessões) e criação de emprego.

24. No âmbito da implementação do Plano de Acção de Produção de Alimentos estão por concretizar a construção de 89 silos orçado 655 milhões MT em todo País e a provisão de sementes de qualidade em Nampula, Manica e Niassa, orçada em 432 milhões MT. Na área de infra-estruturas, perspectiva-se nos próximos anos a construção da ponte Maputo-Katembe, interligada a estrada Katembe-Ponta D'ouro e Boane Bela Vista⁹. Está em carteira a operacionalização da linha de transporte de energia Tete-Maputo com um investimento estimado em USD 1.8 mil milhões.

25. A Zona Económica de Nacala, prevê para 2011 o estabelecimento de duas zonas francas nomeadamente em Licone e Munhewene. Nesta zona, prevê-se ainda o arranque da reabilitação e transformação do aeroporto militar de Nacala em aeroporto civil. Ainda nesta perspectiva, o arranque da produção de carvão de Moatize constituirá uma contribuição valiosa e de magnitude considerável nos níveis de crescimento económico.

26. O quadro que segue apresenta em resumo os projectos aprovados e em carteira que vão ser implementados entre 2011 e 2014 com impacto sobre a economia nacional.

⁹ No seu conjunto, os projectos de infra-estruturas (MOPH) nos próximos anos prevê um investimento de cerca de 44 mil milhões de Meticais.

Quadro 3. Projectos que contribuirão para o crescimento do PIB

a) Pequenos e Médios

Agricultura e Agro-Indústria				
Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Emprego	Valor Invest (US\$)
Florestas do Niassa	Exploração Florestal	Niassa	2,500	80,000,000
Matanuska Moçambique	Produção de banana para exportação	Nampula	3,000	51,500,000
Prio Agricultura Buzi	Produção e processamento industrial de cereais	Sofala	50	47,978,907
Mozambique Principle Energy	Cultivo de cana de açúcar para fabrico de bioetanol	Manica	2,650	280,000,000
Belavista Rice Project	Cultivo e processamento industrial de arroz	Maputo	600	33,000,000
GEZ - Grown Energy Zambeze	Cultivo de cana de açúcar para fabrico de bioetanol	Sofala	2,000	224,326,000
Enerterra	Produção de culturas energéticas para bioetanol	Sofala	20	53,305,350
Arroz da Zambézia - OLAM Moçambique	Cultivo e comercialização de arroz	Zambezia	2,327	31,989,183
Indústria				
Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Emprego	US\$
Nova Texmoque	Produção e comercialização de têxteis	Nampula	450	24,000,000
CDM - Fábrica de Nampula	Produção e comercialização de cerveja	Nampula	129	55,010,000
CIF Moz	Fabrico e comercialização de cimento	Maputo	500	72,000,000
Transportes e Comunicações				
Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Emprego	US\$
Projectos de Telefonia e Tv digital (3)	Exploração de serviços de telefonia móvel e TV digital	Cid. Maputo	3,874	501,500,000
Turismo e Hotelaria				
Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Emprego	US\$
Projectos de Hotelaria (3)	Construção, apetrechamento e gestão de um hotel	Maputo, I'bane, Tete	449	509,761,550
Serviços				
Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Emprego	US\$
EQSTRA Moçambique	Prestação de serviços na área de mineração	Tete	340	165,000,000
Capital Drilling Mozambique	Serviços de perfuração mineira e outros afins	Tete	33	57,282,500
Banca e Seguradoras				
Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Emprego	US\$
Banco Unico	Exercício de actividades bancárias e financeiras	Cid. Maputo	810	70,000,000
SIMO - Soc. Interbancária Moçambique	Instalação/gestão de plataf. electrónica interbancária	Cid. Maputo		69,213,569

Fonte: Centro de Promoção de Investimentos, 2011

b) Grande dimensão

Agricultura e Agro-Indústria					
Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Emprego	Valor Invest (US\$)	Situação
Portucel Moçambique	Exploração Florestal e produção de polpa de papel	Zambezia	2,000	2,311,413,000	Implementação
UPM (Florestas)	Exploração Florestal e produção de polpa de papel	Niassa		1,700,000,000	Negociação
Lurio Green Resources	Exploração Florestal e produção de polpa de papel	Nampula	7,500	2,209,000,000	Implementação
Obras Públicas e Habitação					
Estradas do Zambeze	Construção, gestão da Nova Ponte de Tete e Estradas	Tete		133,519,877	Negociação
Recursos Minerais					
Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Emprego	US\$	Situação
Carvão de Moatize CVRD (VALE)/Riversdale	Extração de carvão mineral	Tete		1,535,011,000	Implementação
Central Térmica de Carvão de Moatize	Construção e operação de uma central termoeléctrica	Tete		1,700,000,000	Negociação
Energia					
Nome do Projecto	Objecto	Provincia	Emprego	US\$	Situação
Linha de Energia Tete-Maputo	Costrução duma linha de transporte de energia eléctrica Tete-Maputo			1,800,000,000	Por iniciar
Hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa	Construção e gestão de uma hidroeléctrica	Tete	170	1,900,000,000	Por iniciar

Fonte: Centro de Promoção de Investimentos, 2011

3.3. Inflação

27. O Governo de Moçambique tem procurado articular de forma adequada as políticas fiscal, monetária e cambial para minimizar a subida acentuada da taxa de inflação. Neste sentido, entre 2011 e 2014 perspectiva-se que a taxa média da inflação se situe em torno de 6%. Para o ano 2011, espera-se que a taxa de inflação média anual venha atingir 9.5%, face à alta dos preços internacionais de alimentos e combustíveis e à remoção gradual do subsídio às gasolinas.

28. Para fazer face aos riscos de deterioração das pressões inflacionárias, as seguintes medidas de mitigação, a curto prazo, e estruturais, a médio e longo prazos, serão operacionalizadas:

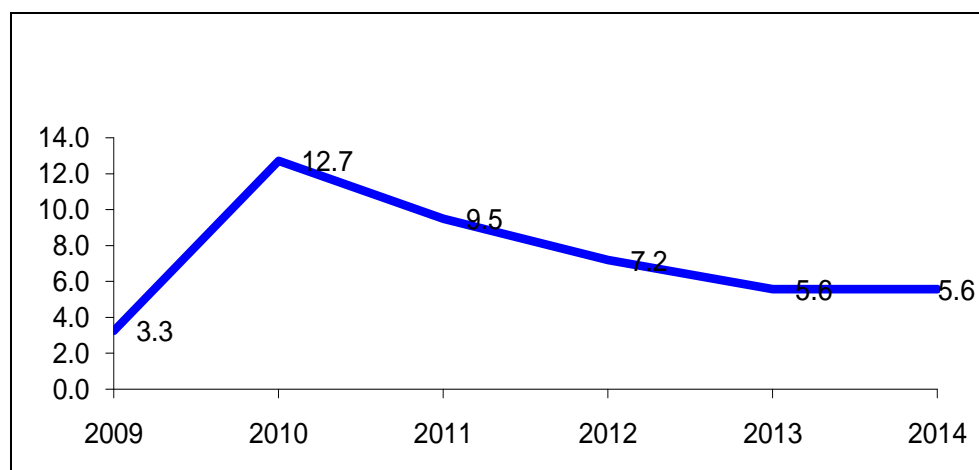
- Medidas e iniciativas do governo para o estímulo ao aumento dos rendimentos dos produtores de alimentos, à dinamização do emprego através do Fundo de Desenvolvimento Distrital e do Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana em implementação em alguns municípios através de projectos de geração de oportunidades de emprego;
- Reforço das medidas tendentes ao reforço da estabilização do metical¹⁰ através da revisão em alta pelo Banco de Moçambique das taxas de juros de referência (Facilidades Permanentes de Cedência e de Depósitos) e da taxa de reservas obrigatórias¹¹ e ainda através de divisas ao mercado.
- Introdução do “subsídio ao transportado”, e do subsídio para manter estáveis os preços dos bens que constituem a o cabaz de despesa dos mais pobres e vulneráveis.

¹⁰ O Metical registou uma apreciação nominal acumulada de cerca de 11.7% em relação ao rand sul-africano e 4.93% em relação dólar norte americano.

¹¹ O Banco de Moçambique ajustou a FPC e FPD em 100 pontos base (pb), fixando-as respectivamente em 16,5% e 5% e a taxa de reservas obrigatórias para 25 pontos base para 9% em 23 de Fevereiro.

29. O gráfico 3 abaixo mostra a tendência esperada do nível de preços para o período 2011-2014.

Gráfico 3: Taxa de Inflação (%) Média em Moçambique 2009-2014



30. O quadro que segue apresenta indicadores económicos e sociais recentes e às perspectivas dos mesmos para os próximos anos.

31. Dada a volatilidade macroeconómica, os pressupostos aqui apresentados poderão sofrer uma alteração no caso de se verificarem variações nas tendências dos principais indicadores, durante o processo de preparação do Orçamento de Estado para 2012.

Quadro 4. Indicadores Macro-económicos e Sociais

<i>(em Milhões de Meticais, excepto se indicado ao contrário)</i>	2010	2011	2012	2013	2014
	Estimativa	Projecções			
PIB real	183,238	196,431	211,163	227,912	245,764
<i>Varição Anual (%)</i>	6.5	7.2	7.5	7.9	7.8
PIB real per capita	8.4	8.8	9.1	9.6	10.1
PIB real sem Grandes Projectos	175,445	188,340	203,073	219,822	237,674
<i>Varição Anual (%)</i>	4.3	7.3	7.8	8.2	8.1
PIB Nominal	323,281	379,480	437,313	498,431	567,571
<i>Varição Anual (%)</i>	20.0	17.4	15.2	14.0	13.9
PIB Nominal per capita / day (Mts)	40.6	46.4	51.8	57.6	63.8
Taxa de Inflação (% Média Anual)	12.7	9.5	7.2	5.6	5.6
População	21,806	22,422	23,113	23,702	24,360

Fonte: MPD, INE

4. ENVELOPE DE RECURSOS

32. A actual conjuntura macroeconômica nacional e internacional e as expectativas para os próximos anos terão reflexos no envelope de recursos internos e externos, o que por sua vez terá implicações para os níveis de despesa pública programada para o triênio 2012-2014.

33. Espera-se que a economia nacional cresça a uma taxa média de 7.8% o que poderá induzir a expansão da base tributária, impulsionando o aumento das Receitas do Estado. Adicionalmente, aperfeiçoamentos previstos na Administração Tributária poderão induzir o crescimento das receitas por via de maior eficiência tributária.

34. Como corolário da crise financeira mundial, as pressões orçamentais nos Países parceiros de cooperação, têm os levado a sustentarem previsões mais cautelosas em relação aos seus desembolsos para o período 2012-2014 (uma redução média de cerca de 1% dos recursos externos), estimando-se que os donativos cresçam menos em todo período (cerca de 0.1%) e os créditos a reduzirem em cerca de 2%.

35. Espera-se que os recursos internos registem um crescimento acentuável, passando de cerca de 94 mil milhões de Meticais em 2012 para pouco mais de 128 mil milhões de Meticais, o que reflecte uma maior contribuição do crescimento das Receitas do Estado. Depreende-se ainda no quadro que se segue que o envelope de recursos totais programados para o período de 2012 e 2014 passa de 153 mil milhões para cerca de 187 mil milhões de Meticais.

Quadro 5. Resumo de Envelope de Recursos

	Milhões de Meticais			
	2011	2012	2013	2014
	OE Rev.	Projeções		
Total de Recursos	141,757	153,128	169,286	186,556
Recursos Internos	81,777	94,442	109,952	128,042
Receitas do Estado	79,158	93,494	108,955	126,907
Crédito Interno	2,619	948	997	1,135
Recursos Externos	59,981	58,686	59,334	58,514
Donativos	35,285	33,844	34,061	35,303
Créditos	24,696	24,842	25,273	23,211

Fonte: MPD/MF-Quadro Macro

4.1. Receitas do Estado e Recursos Externos

36. As receitas do Estado são constituídas essencialmente pelas receitas fiscais, receitas não fiscais, receitas próprias, receitas consignadas e receitas de capital. Como se pode observar no quadro 6, as fiscais representam em média a maior parte das receitas do Estado como percentagem do PIB (cerca de 19.2%).

Quadro 6. Evolução das Receitas do Estado

	Milhões de Meticais			
	2011	2012	2013	2014
	OE Rev.	Projeções		
Total de Recursos	141,757	153,128	169,286	186,556
Recursos Internos	81,777	94,442	109,952	128,042
Receitas do Estado	79,158	93,494	108,955	126,907
Receitas Correntes	77,187	90,963	106,940	125,849
Receitas Fiscais	66,775	78,176	91,527	108,952
Receitas Não Fiscais (<i>incl. Rec. próp</i>)	5,533	6,798	7,397	8,187
Receitas Consignadas	4,879	5,989	8,015	8,709
Receitas de Capital	1,971	2,531	2,015	1,058
Crédito Interno	2,619	948	997	1,135
	Percentagem do PIB			
Recursos Internos	21.5	21.6	22.1	22.6
Receitas do Estado	20.9	21.4	21.9	22.4
Receitas Correntes	20.3	20.8	21.5	22.2
Receitas Fiscais	17.6	17.9	18.4	19.2
Receitas Não Fiscais (<i>incl. Rec. próp</i>)	1.5	1.6	1.5	1.4
Receitas Consignadas	1.3	1.4	1.6	1.5
Receitas de Capital	0.5	0.6	0.4	0.2
Crédito Interno	0.7	0.2	0.2	0.2

Fonte: MPD/MF-Quadro Macro

37. Perspectiva-se um crescimento nominal em quase todas as componentes dos Recursos Externos. No entanto, como percentagem do PIB espera-se que os Recursos Externos observem uma redução no período entre 2012 e 2014, o que resulta de uma redução ligeira dos créditos associado a um crescimento ligeiro dos donativos e crescimento relativamente acentuado do PIB (Quadro 7).

Quadro 7. Evolução dos Recursos Externos

	Milhões de Metcais			
	2011	2012	2013	2014
	OE Rev.	Projeções		
Total de Recursos	141,757	153,128	169,286	186,556
Recursos Externos	59,981	58,686	59,334	58,514
Donativos	35,285	33,844	34,061	35,303
Para projectos	24,098	12,075	11,026	10,583
Contravalores não consignados	11,186	11,186	11,760	12,620
Outros (Contrav. emprest. às empresas)	-	10,583	11,275	12,100
Créditos	24,696	24,842	25,273	23,211
A projectos	20,072	17,940	16,540	15,416
Outros	4,624	6,902	8,734	7,795
	Percentagem do PIB			
Recursos Externos	15.8	13.4	11.9	10.3
Donativos	9.3	7.7	6.8	6.2
Para projectos	6.4	2.8	2.2	1.9
Contravalores não consignados	2.9	2.6	2.4	2.2
Outros (Contrav. emprest. às empresas)	-	2.4	2.3	2.1
Créditos	6.5	5.7	5.1	4.1
A projectos	5.3	4.1	3.3	2.7
Outros	1.2	1.6	1.8	1.4

Fonte: MPD/MF-Quadro Macro

38. Para os próximos anos e de acordo com as últimas projecções por parte dos parceiros de cooperação, prevê-se uma redução nos recursos externos para o Apoio Directo ao Orçamento de Estado.

Quadro 8: Projectão de Apoio Directo ao Orçamento e Fundos Comuns

Modalidade	OE 2011 Revisão	2012 previsão desembolso	2013 previsão desembolso	2014 previsão desembolso
APOIO GERAL AO ORÇAMENTO	14,886,745	14,431,017	11,210,757	11,052,688
Subtotal FCs	8,485,417	9,059,318	7,840,936	6,265,568
FC AAT (Tax)	62,240	40,671	63,581	63,581
FC ASAS (Water)	108,733	-	-	-
FC ATA (Trib Adm)	92,090	141,551	124,181	90,847
FC ESTRADA (Roads)	309,743	447,810	364,438	463,062
FC FASE (Education)	2,826,120	3,479,126	3,484,291	2,205,723
FC HIVSIDA (HIV/AIDS)	141,744	97,061	33,560	39,153
FC INE (Statistics)	424,254	152,384	91,072	64,580
FC PES (Fisheries)	263,880	169,074	21,194	-
FC PROAGRI (Agriculture)	489,651	508,472	191,196	297,679
FC PRONASA (Water)	411,584	240,562	228,575	236,130
FC PROSAU (Health)	2,382,016	3,002,665	2,768,848	2,473,886
FC UTRAFE (SISTAFE)	333,257	350,766	182,759	120,257
FC UTRESP (Public Sector Reform)	127,593	48,662	45,328	45,328
FC INAS		105,701	95,566	95,566
FC PPF	512,511	274,813	146,346	69,776
TOTAL	23,372,162	23,490,335	19,051,692	17,318,256

Fonte: Projectões de parceiros

39. Para os anos 2012 e 2013¹², os Parceiros de Apoio Programático (PAPs) ao Orçamento do Estado, reportaram as suas intenções relativamente aos compromissos de financiamento, tanto no que se refere ao Apoio Directo ao Orçamento e os Fundos Comuns e financiamento a projectos¹³. Em termos globais entre 2012 a 2013, prevê-se afectar cerca de 28% para área do HIV/SIDA; 27.8% em infra-estruturas; 11.1% para Saúde, sendo a restante parte para as outras áreas estratégicas. O quadro que segue apresenta a previsão de financiamento externo ao Orçamento de Estado por área estratégica.

12 Estas são previsões feitas em 2010 e neste momento são apenas projecções indicativas. Alguns parceiros ficaram por confirmar os valores para os quais se comprometem. Existem indicações de que o PROAGRI termina em 2011. Estas s

13 Podendo ser *on* ou *off budget*.

Quadro 9 Projecção dos Recursos Externos por Área Estratégica

Área Estratégica	(em Milhões de Meticals)		
	2011	2012	2013
	Projecções		
Acção Social	597.67	132.29	122.37
Agricultura	2,373.44	1,765.74	1,413.08
Água	1,127.75	1,508.19	1,210.64
Ambiente	386.81	203.26	189.21
Calamidades	322.57	34.36	34.36
Ciência da informática e tecnologia	370.12	308.60	483.14
Comercio	0.03	0.01	0.03
Decentralização	788.18	572.64	554.00
Desenvolvimento Rural	769.80	615.36	831.47
Educação	1,699.43	1,072.44	783.49
Emprego	369.73	461.18	150.51
Energia	185.97	96.52	95.46
Genero	5.51	8.08	-
Gestão das Finanças Públicas	216.29	276.25	346.93
HIV/AIDS	7,646.57	7,411.87	7,317.80
Infraestructuras	9,282.95	8,140.98	5,393.56
Componente Costeira INHAMBANE	202.24	202.24	202.24
Outros	235.78	235.78	235.78
Pesca	172.13	106.58	15.05
Promoção de Investimentos e da Melhoria da Qualidade	101.34	110.41	90.13
Recursos Minerais	47.77	71.18	71.18
Reforma da Legalidade e Justiça	370.74	318.26	207.95
Reforma do Sector Público	494.63	133.86	134.61
Refugiados	43.98	-	-
Saude	3,087.88	3,045.50	2,783.82
Turismo	277.34	264.17	143.76
Total	31,176.63	27,095.73	22,810.56

Fonte: PAPs/G19

40. Para salvaguardar a estabilidade económica e monetária e de modo assegurar a sustentabilidade do financiamento das despesas públicas, é necessário garantir o equilíbrio orçamental. Maior parte destes recursos será garantida pelos recursos internos que representarão cerca de 57.7 a 68.6% do total dos recursos entre 2011 e 2014. A parte remanescente que perfaz o valor total de recursos são os recursos externos, que passam de 43.2% em 2011 para 31.4% em 2014. O valor total dos recursos abrange todas as despesas sectoriais e territoriais de funcionamento, investimento e em operações financeiras do Estado, incluindo os Encargos Gerais do Estado.

Quadro 10: Mapa de Equilíbrio Orçamental

	<i>(Em Milhões de Meticais)</i>			
	2011	2012	2013	2014
	OE Rev.	Projeções		
Total de Recursos	141,757	153,128	169,286	186,556
Recursos Internos	81,777	94,442	109,952	128,042
Receitas do Estado	79,158	93,494	108,955	126,907
Crédito Interno	2,619	948	997	1,135
Recursos Externos	59,981	58,686	59,334	58,514
Donativos	35,285	33,844	34,061	35,303
Créditos	24,696	24,842	25,273	23,211
Total de Despesas (incl. Oper. Financ.)	141,757	153,128	169,286	186,556
Despesas Correntes	73,649	83,129	89,164	100,541
Despesas com o Pessoal	36,250	41,283	45,856	51,411
Bens e Serviços	11,502	13,467	15,891	18,752
Encargos da Dívida	3,306	4,724	3,090	3,312
Transferências Correntes	12,248	12,475	14,970	16,964
Subsídio às Empresas	5,574	2,965	2,376	2,007
Outras Despesas Correntes	4,368	7,830	6,483	7,110
Despesas de Capital	358	385	498	986
Despesas de Investimento	64,752	62,161	73,714	79,676
Componente Interno	20,582	21,562.4	34,873	41,578
Componente Externo	44,170	40,597.3	38,841	38,098
Donativos	24,098	22,658	22,301	22,683
Créditos	20,072	17,940	16,540	15,416
Operações Financeiras	3,357	7,838	6,409	6,338

Fonte: MPD/MF-Quadro Macro

4.2. Medidas de contenção e racionalização da despesa pública

41. Tendo em conta as tendências actuais do aumento dos preços internacionais dos combustíveis e de cereais, o Governo de Moçambique adoptou medidas e iniciativas para conter o aumento do custo de vida, através do estímulo ao aumento dos rendimentos dos produtores de alimentos, à dinamização do emprego e ao suporte ao consumo das famílias e indivíduos mais vulneráveis.

42. As medidas mais relevantes em Janeiro e Fevereiro de 2011, consistiram essencialmente na (1) Manutenção do preço anterior do pão através da introdução de subsídio e 2) Contenção das despesas

públicas tendo em vista a realização de poupança para posterior reorientação para o subsídio do custo dos produtos essenciais, através da racionalização da despesa corrente e 3) Reforço de medidas tendentes à estabilização do Metical. Após o 1º trimestre de 2011, poderão ser tomadas as seguintes medidas de contenção e racionalização das despesas:

- Desenvolvimento da produção de bens e serviços;
- Implementação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza 2011-2014 e do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana 2011;
- Promoção do investimento, de empreendedores e do emprego;
- Suporte ao consumo;
- Promoção do mercado;
- Racionalização dos gastos públicos e promoção da equidade, e
- Gestão monetária e cambial.

43. Estas medidas visam de forma conjunta, garantir o aumento de produtos alimentares e pecuários; assegurar o aumento de oportunidades de emprego e auto-emprego, suportar a população de baixa renda no que concerne ao acesso aos produtos alimentares básicos; realizar poupanças através da redução dos gastos públicos e monitorar a entrada e saídas de divisas no País, ao mesmo tempo que se vai impulsionar pagamentos de despesas em moeda nacional.

5. AFECTAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS

44. A programação das despesas entre 2012 e 2014 tem em conta fundamentalmente a necessidade direccionar os recursos para os esforços direccionados à redução dos níveis de pobreza prevalente no País. Através da abordagem de Planificação e Orçamentação Programas, são priorizadas as acções que contribuem directamente aos esforços de redução da pobreza.

5.1. Despesas de Funcionamento

45. A projecção de despesas correntes para os próximos anos é influenciada pela expansão dos serviços do Estado, cujo impacto a nível da despesa pública é transmitido sobretudo pela necessidade de contratação de novos funcionários principalmente para os sectores de Saúde, Educação e Justiça. Um factor que poderá criar pressão sobre a massa salarial com implicações orçamentais consideráveis para as despesas de funcionamento tem a ver com a actualização de nível académico de muitos quadros do Aparelho do Estado que em número significativo tem concluído os níveis em que actualmente se encontram inscritos. Porém, medidas deverão ser implementadas no sentido de garantir a sustentabilidade da massa salarial, que deverá situar-se ao redor de 8.5% do PIB.

46. Projecta-se uma proporção de 9.4% do PIB para as Despesas com pessoal em 2012 e ao longo dos três anos uma proporção média anual de 8.5% do PIB. A variação nas despesas de funcionamento resulta principalmente da implementação da Política Salarial de Médio Prazo aprovada em 2008, que entre outras componentes inclui incrementos graduais ao salário base diferenciados por categorias profissionais e a operacionalização dos subsídios de localização.

47. Igualmente para as despesas de funcionamento considera-se a necessidade de contratação de funcionários para preencher o quadro de pessoal para os sectores que contribuem para geração de receitas a todos os níveis, com especial enfoque para Agricultura, Pescas e dos Recursos Minerais e Energia.

48. O subsídio de localização é introduzido como um incentivo atribuído aos funcionários como mecanismo para a incentivar aos quadros qualificados actualmente a trabalhar e atrair novos aos

Distritos. O quadro que segue, apresenta a projecção das despesas de funcionamento a nível nacional.

Quadro 11a. Evolução das Despesas de funcionamento (global)

	(Em Milhões de Meticais)			
	2011	2012	2013	2014
	OE Rev.	Projeções		
Despesas com o Pessoal	36,250	41,283	45,856	51,411
Bens e Serviços	11,502	13,467	15,891	18,752
Encargos da Dívida	3,306	4,724	3,090	3,312
Transferências Correntes	12,248	12,475	14,970	16,964
Subsídios	5,574	2,965	2,376	2,007
Outras Despesas Correntes	4,368	7,830	6,483	7,110
Despesas de Capital	358	385	498	986
Total*	73,649	83,129	89,164	100,541

Fonte: MPD/MF-Quadro Macro

* Inclui Exercícios Findos

49. As tendências verificadas ao nível nacional se repercutem em todos os âmbitos, com a diferença do facto de haver uma tendência de redução de recursos para despesas de funcionamento no âmbito Central, a favor do Provincial e Distrital, reflectindo os esforços no âmbito do processo de descentralização em curso.

Quadro 11b. Evolução das Despesas de Funcionamento por âmbitos

ÂMBITO CENTRAL				
(Milhões de Meticais)	2011	2012	2013	2014
Rúbrica	Rev OE.	Projeções		
ÂMBITO CENTRAL				
Despesa com Pessoal	13,830	15,257	16,990	18,755
Bens e Serviços	6,843	7,860	9,360	10,524
Outras Despesas Correntes	2,903	2,127	2,289	2,456
Total	23,576	25,244	28,638	31,734
ÂMBITO PROVINCIAL E DISTRITAL				
Despesa com Pessoal	21,153	23,269	26,573	30,600
Bens e Serviços	3,923	4,511	5,737	6,728
Outras Despesas Correntes	974	1,047	1,179	1,323
Total	26,050	28,827	33,489	38,651
AUTARQUIAS				
FCA	1,002	1,153	1,343	1,601

Fonte: Projeção do CFMP 2012-2014

* Estes totais excluem os Encargos Gerais e Operações Financeiras

5.2. Despesas de Investimento

50. Os processos de planificação e orçamentação em Moçambique têm sido guiados pela metodologia de planificação e orçamentação por programas (POP). Esta abordagem metodológica tem como uma das finalidades estreitar a ligação entre os processos de planificação e a orçamentação, conferindo maior prioridade aos programas e acções correspondentes que contribuem para o alcance dos objectivos perseguidos e consubstanciada numa planificação virada aos resultados.

Caixa 1: Metodologia da Planificação e Orçamentação por Programas

Em 2009 foram criados 584 programas de Governo, dos quais:

- 168 são do âmbito sectorial com objectivos sectoriais que abrangem todo o País, e desta maneira enquadram acções tanto central como provincial;
- 22 Especificamente do âmbito Provincial, Apoio Institucional Administrativo e Actividade específicas da Província. Estes Programas englobam todas as acções realizadas pela Província que são importantes para o desenvolvimento institucional da Província mas que não estão directamente ligadas aos objectivos nacionais, e;
- 393 Distritais, um para o funcionamento geral do distrito, um para infra-estruturas sócio económicas e o terceiro para a promoção do desenvolvimento sócio-económico.

Com a aprovação do PQG 2010-2014, houve necessidade de realinhar os programas aos objectivos do novo programa quinquenal.

Os programas do governo cobrem todas as áreas de intervenção do Governo. Não obstante, dado que os recursos financeiros são escassos e que não todos os objectivos do Governo podem ser perseguidos com o mesmo vigor é preciso fazer escolhas e priorizar os programas com maior impacto sobre o crescimento económico e redução da pobreza.

Para estes efeitos o CFMP utiliza o PARP 2011-2014 como estratégia orientadora. Assim os Programas do Governo são caracterizados de acordo com a sua ligação com os objectivos do PARP na seguinte maneira:

- **36 PGs Sectoriais** (do nível central e provincial) contribuem directamente para o Objectivo Geral do PARP, **Aumento da Produtividade e Produção agrária e Pesqueira;**
- **11 PGs Sectoriais** (do nível central e provincial) e **1 programa distrital**, contribuem directamente para o Objectivos Geral do PARP, **Promoção de Emprego;**
- **21 PGs Sectoriais** (do nível central e provincial) e **1 programa distrital**, contribuem directamente para o Objectivos Geral do PARP, **Desenvolvimento Humano e Social;** e
- **18 PGs Sectoriais** (do nível central e provincial) contribuem directamente para os dois pilares de Apoio, **Governança e Macroeconomia e Gestão de Finanças Públicas.**

Dentro destes 88 programas são ainda classificadas como estratégicas de alta prioridade 34 programas. A classificação dos programas pode-se encontrar no anexo X.

Os outros programas, são os restantes que não são inclusos nas categorias acima mencionadas e são agrupadas desta forma dada a sua relativa menor importância na concretização dos objectivos do PARP. Nesta categoria, se encontra principalmente os programas de apoio institucional na qual se prevê a reabilitação e apetrechamento de edifícios, entre outros.

51. A abordagem programática permitirá a especificação de acções de investimento que estejam ligadas às prioridades do PARP 2011-2014. Com efeito, no nível central, a afectação de recursos será baseada nos programas estratégicos que pela sua natureza estão intrinsecamente ligadas aos objectivos do PARP. Nos, deste âmbito, requer-se que mais de 50% dos recursos de investimento da componente interna, sejam alocados aos programas estratégicos.

52. As prioridades do PARP 2011-2014 são a principal referência na planificação de despesas de investimento nos próximos três anos. Os objectivos centrais do PARP são: 1) Aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira; 2) Desenvolvimento Humano e Social; e 3) Promoção do Emprego. Como forma a permitir a concretização destas prioridades foram destacados dois pilares de apoio, nomeadamente 1) Gestão macroeconómica e de finanças públicas, e 2) Boa Governação. O Investimento¹⁴ dos Distritos é aqui também considerado como factor determinante nos esforços de redução da pobreza.

53. Entre 2012 a 2014, estima-se um incremento considerável de recursos para investimento para os programas estratégicos para o alcance dos objectivos do PARP, que crescem de 57% a 60% como proporção total dos recursos do investimento (Quadro 12). Como se pode depreender ainda, a afectação de recursos aos pilares do PARP (Gestão macroeconómica e de finanças públicas) passa no seu conjunto de 13 a 14%. De uma forma geral, os recursos alocados para as acções ligadas aos objectivos do PARP, variam de 76% a 82% entre os três anos. Os outros programas que não estão ligados diretamente à redução da pobreza reduzem de 24% a 18% a sua proporção nos recursos totais de investimento entre os três anos.

¹⁴ Descrito mais adiante nesta secção

Quadro 12. Evolução das Despesas de Investimento para as prioridades do PARP

Linha de Investimento (Milhões de Meticais)	OE			Projeções								
	2011			2012			2013			2014		
	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total
OBJECTIVOS GERAIS DO PARP	7,040.4	27,203.8	34,244.2	9,010.4	29,244.1	38,254.5	10,928.0	31,554.4	42,482.4	13,758.7	34,015.6	47,774.3
<i>Percentagem</i>	38%	66%	57%	43%	66%	59%	45%	66%	59%	51%	66%	61%
Aumento da produtividade Agraria e Pesqueira	4,978.0	13,569.3	18,547.3	6,076.8	14,587.0	20,663.7	7,285.3	15,739.3	23,024.7	9,442.2	16,967.0	26,409.2
<i>Percentagem</i>	27%	33%	31%	29%	33%	32%	30%	33%	32%	35%	33%	34%
Promoção do Emprego	870.0	1,132.6	2,002.6	1,257.3	1,217.6	2,474.8	1,699.9	1,313.8	3,013.7	2,158.2	1,416.2	3,574.5
<i>Percentagem</i>	5%	3%	3%	6%	3%	4%	7%	3%	4%	8%	3%	5%
Desenvolvimento Humano e Social	1,192.4	12,501.9	13,694.3	1,676.3	13,439.6	15,115.9	1,942.8	14,501.3	16,444.1	2,158.2	15,632.4	17,790.6
<i>Percentagem</i>	6%	30%	23%	8%	30%	23%	8%	30%	23%	8%	30%	23%
PILARES DE APOIO	1,452.8	6,429.1	7,882.0	2,305.0	6,911.3	9,216.3	2,185.6	7,457.3	9,642.9	3,237.3	8,039.0	11,276.3
<i>Percentagem</i>	8%	16%	13%	11%	16%	14%	9%	16%	13%	10%	16%	14%
Gestao macroeconomica e finanças publicas	837.8	5,615.9	6,453.7	1,257.3	6,037.1	7,294.3	1,214.2	6,514.0	7,728.2	1,888.4	7,022.1	8,910.5
<i>Percentagem</i>	5%	14%	11%	6%	14%	11%	5%	14%	11%	7%	14%	11%
Boa Governação	615.0	813.3	1,428.3	1,047.7	874.2	1,922.0	971.4	943.3	1,914.7	1,348.9	1,016.9	2,365.8
<i>Percentagem</i>	3%	2%	2%	5%	2%	3%	4%	2%	3%	5%	2%	3%
Total de recursos para o PARP	11,958.3	33,633.0	45,591.2	13,931.3	36,155.4	50,086.7	17,212.7	39,011.7	56,224.4	21,821.6	42,054.6	63,876.2
<i>Percentagem</i>	65%	82%	77%	66%	82%	77%	71%	82%	78%	81%	82%	81%
Investimento em Outros objectivos	6,404.6	7,571.4	13,976.0	7,023.1	8,139.2	15,162.3	7,071.7	8,782.2	15,854.0	5,156.2	9,467.3	14,623.5
<i>Percentagem</i>	35%	18%	23%	34%	18%	23%	29%	18%	22%	19%	18%	19%
Total de Investimento	18,362.9	41,204.3	59,567.2	20,954.4	44,294.7	65,249.0	24,284.5	47,793.9	72,078.4	26,977.8	51,521.9	78,499.7

Fonte: PARP 2011-2014 e projecções do CFMP 2012-2014

5.2.1. Despesas de Investimento de âmbito Central

54. As despesas de investimento de nível central serão programadas tendo em conta os objectivos centrais do PARP com enfoque nos programas estratégicos. Como se pode depreender no quadro que segue, no seu conjunto, os objectivos estratégicos ligados ao PARP incluindo o financiamento aos pilares de apoio no âmbito central e na situação de 2011, absorvem pouco mais de 7 mil milhões e 35 mil milhões de Meticais para componente interna e externa de financiamento, respectivamente. Até 2014, projecta-se que estas componentes de investimento absorvam 12 mil milhões e 42 mil milhões de Meticais. A restante contribuição é dos outros programas que em 2011 perfazem 5 mil milhões e 4 mil milhões de Meticais (componente interna e externa, respectivamente) reduzindo a 1.800 milhões e 5 mil milhões de Meticais em 2014.

55. A afectação estratégica de recursos prioriza o aumento da produção orientada ao mercado, o que está ligado a necessidade da promoção da comercialização de alimentos. Os recursos para a implementação de acções destes programas crescem de cerca de 140 e 200 milhões em 2012 para pouco mais de 180 e 250 milhões de meticais em 2014 (Quadro 13).

Quadro 13. Afecção dos Recursos de Investimento: Programas Estratégicos (âmbito central)

Programa Estratégicos do Governo em cada Objectivo do PARP	OE 2011			CFMP (Milhões de Meticais)								
	OE 2011			2012			2013			2014		
	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total
Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pecuária	5,651.9	15,409.1	21,061.1	6,513.3	16,518.6	23,031.9	7,421.4	17,443.6	24,865.0	8,448.3	18,420.5	26,868.8
Acesso à Energia Eléctrica	267.0	48.3	315.3	307.7	51.7	359.5	350.6	54.6	405.3	399.1	57.7	456.8
Aumento da Contribuição das Pescas na Balança de Pagamentos	103.7	1,488.7	1,592.4	119.5	1,595.9	1,715.4	136.2	1,685.3	1,821.5	155.0	1,779.7	1,934.7
Aumento da Produção de Pescado para a Segurança Alimentar	22.9	353.0	375.9	26.4	378.4	404.8	30.1	399.6	429.7	34.2	422.0	456.2
Construção e Reabilitação de Pontes	384.7	431.5	816.2	443.3	462.6	905.8	505.1	488.5	993.6	575.0	515.8	1,090.8
Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura Comerciais	12.3	132.6	144.9	14.2	142.2	156.4	16.2	150.1	166.3	18.4	158.5	176.9
Desenvolvimento de sistemas de transportes	431.5	4,873.9	5,305.4	497.3	5,224.8	5,722.0	566.6	5,517.4	6,084.0	645.0	5,826.3	6,471.3
Gestão de Recursos Hídricos	222.9	993.7	1,216.7	256.9	1,065.3	1,322.2	292.7	1,125.0	1,417.7	333.3	1,187.9	1,521.2
Infra-estruturas Agrárias e Capacidade Agrária	212.7	616.1	828.8	245.1	660.5	905.6	279.3	697.4	976.7	317.9	736.5	1,054.4
Manutenção de estradas e pontes	1,959.8	855.2	2,815.0	2,258.4	916.8	3,175.2	2,573.3	968.1	3,541.4	2,929.4	1,022.3	3,951.7
Melhoria da qualidade dos produtos e serviços	5.2	219.5	224.7	6.0	235.3	241.3	6.8	248.5	255.3	7.8	262.4	270.2
Normalização e certificação da qualidade dos produtos nacionais	1.3	14.6	15.9	1.5	15.6	17.1	1.7	16.5	18.2	2.0	17.4	19.4
Produção e Produtividade Agrárias	595.4	31.2	626.6	686.1	33.5	719.6	781.8	35.3	817.1	890.0	37.3	927.3
Produção Orientada ao Mercado	121.6	28.9	150.5	140.2	31.0	171.1	159.7	32.7	192.4	181.8	34.5	216.3
Promoção da comercialização de alimentos	173.4	0.0	173.4	199.9	0.0	199.9	227.7	0.0	227.7	259.3	0.0	259.3
Provisão de Serviços de Investigação, Apoio, Fomento e Infraestruturas	110.7	125.9	236.6	127.6	134.9	262.5	145.4	142.5	287.8	165.5	150.5	315.9
Reabilitação e Melhoramento de Estradas	976.8	5,029.2	6,006.0	1,125.6	5,391.3	6,517.0	1,282.6	5,693.3	6,975.8	1,460.0	6,012.1	7,472.1
Gestão da seca	14.3	1.9	16.3	16.5	2.1	18.6	18.8	2.2	21.0	21.4	2.3	23.7
Gestão de cheias, ciclones e sismos	33.1	0.0	33.1	38.1	0.0	38.1	43.5	0.0	43.5	49.5	0.0	49.5
Promoção da Investigação e Inovação de Subsistência	2.5	0.0	2.5	2.9	0.0	2.9	3.3	0.0	3.3	3.7	0.0	3.7
Promoção do SCTI	0.0	164.9	164.9	0.0	176.8	176.8	0.0	186.7	186.7	0.0	197.2	197.2
Desenvolvimento Humano e Social	499.1	12,879.6	13,378.7	575.2	13,807.0	14,382.1	655.4	14,580.1	15,235.5	746.1	15,396.6	16,142.7
Abastecimento de Água Urbana	137.0	2,765.5	2,902.5	157.9	2,964.6	3,122.5	179.9	3,130.6	3,310.5	204.8	3,305.9	3,510.7
Atendimento aos grupos alvo incapacitados para o trabalho e/ou em situação de vulnerabilidade	0.0	186.4	186.4	0.0	199.8	199.8	0.0	211.0	211.0	0.0	222.8	222.8
Desenvolvimento da rede sanitária	122.9	701.0	823.9	141.6	751.5	893.1	161.4	793.6	955.0	183.7	838.0	1,021.7
Ensino Primário	13.5	3,051.8	3,065.3	15.6	3,271.6	3,287.1	17.7	3,454.8	3,472.5	20.2	3,648.2	3,668.4
Ensino Técnico profissional	3.3	973.7	977.0	3.8	1,043.8	1,047.6	4.3	1,102.3	1,106.6	4.9	1,164.0	1,168.9
Prevenção e mitigação do HIV/SIDA	0.0	333.2	333.2	0.0	357.2	357.2	0.0	377.2	377.2	0.0	398.3	398.3
Provisão e Acesso à Água Potável no Nível Rural e Vilas	100.5	975.2	1,075.8	115.9	1,045.5	1,161.3	132.0	1,104.0	1,236.0	150.3	1,165.8	1,316.1
Saneamento Rural	23.9	0.0	23.9	27.5	0.0	27.5	31.3	0.0	31.3	35.7	0.0	35.7
Saneamento Urbano	98.0	1,460.4	1,558.5	112.9	1,565.6	1,678.5	128.7	1,653.3	1,782.0	146.5	1,745.9	1,892.4
Saúde Pública com enfoque na Redução do impacto das grandes endemias e má nutrição	0.0	520.6	520.6	0.0	558.1	558.1	0.0	589.3	589.3	0.0	622.3	622.3
Saúde Pública Previendo a Saúde da Mulher e da Criança e Assistência Médica	0.0	1,911.8	1,911.8	0.0	2,049.4	2,049.4	0.0	2,164.2	2,164.2	0.0	2,285.4	2,285.4
Promoção do Emprego	154.1	62.3	216.5	177.6	66.8	244.4	202.4	70.6	272.9	230.4	74.5	304.9
	14.1	62.3	76.5	16.3	66.8	83.1	18.5	70.6	89.1	21.1	74.5	95.6
Melhoria do ambiente de negócios de PME's	7.7	62.3	70.0	8.8	66.8	75.7	10.1	70.6	80.7	11.5	74.5	86.0
Promoção do desenvolvimento industrial com enfoque nas PME's	6.4	0.0	6.4	7.4	0.0	7.4	8.5	0.0	8.5	9.6	0.0	9.6
Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana	140.0	0.0	140.0	161.3	0.0	161.3	183.8	0.0	183.8	209.3	0.0	209.3
Gestão macroeconómica e de Finanças Públicas	837.8	5,615.9	6,453.7	1,032.4	6,037.1	7,069.5	1,175.5	6,514.0	7,689.5	1,874.4	7,022.1	8,896.5
Boa Governação	339.6	547.2	886.8	391.3	586.6	978.0	445.9	619.5	1,065.4	507.6	654.2	1,161.8
TOTAL PARA OBJECTIVOS DO PARP CENTRAL	7,482.5	34,514.2	41,996.7	8,689.8	37,016.1	45,705.9	9,900.6	39,227.8	49,128.4	11,806.7	41,567.9	53,374.6
OUTROS	7,104.2	4,107.9	11,212.1	7,049.8	4,416.0	11,465.8	6,185.7	4,764.9	10,950.5	6,328.1	5,136.5	11,464.6
TOTAL DE INVESTIMENTO PARA ÂMBITO CENTRAL	14,586.8	38,622.1	53,208.9	15,739.6	41,432.1	57,171.7	16,086.2	43,992.7	60,078.9	18,134.8	46,704.4	64,839.2

5.2.2. Despesas de Investimento de âmbito Provincial e Distrital

56. Os recursos para despesas de investimento para o nível Provincial, são alocados de forma global para cada uma das províncias. Deste global se tem a meta de referência 40% da componente interna de investimento, como a proporção mínima que deve ser alocada em acções inseridas nos programas ligados directamente aos objectivos do PARP¹⁵.

Quadro 14. Projecção de despesas de investimento por província

Província	OE Rev			Projecção								
	2011			2012			2013			2014		
	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total
Niassa	74.9	109.2	184.1	141.8	117.4	259.2	200.3	126.2	326.4	286.7	135.6	422.3
Cabo Delgado	91.4	168.7	260.1	168.5	181.4	349.9	235.9	195.0	430.9	335.5	209.6	545.1
Nampula	278.0	64.8	342.8	446.0	69.7	515.7	592.8	74.9	667.7	809.8	80.5	890.3
Zambézia	223.5	41.5	265.0	452.3	44.6	496.9	652.2	47.9	700.1	947.6	51.5	999.2
Tete	181.9	57.4	239.4	269.7	61.8	331.4	346.3	66.4	412.7	459.6	71.4	531.0
Manica	162.3	53.2	215.5	244.8	57.2	302.0	316.8	61.4	378.3	423.3	66.0	489.4
Sofala	237.1	514.4	751.5	392.4	553.0	945.4	528.1	594.5	1,122.6	728.8	639.1	1,367.8
Inhambane	101.7	65.7	167.5	170.1	70.7	240.7	229.7	76.0	305.7	318.0	81.7	399.6
Gaza	169.5	27.4	196.9	255.8	29.5	285.3	331.1	31.7	362.8	442.5	34.1	476.5
Maputo	150.6	26.3	176.9	211.8	28.2	240.0	265.2	30.3	295.6	344.3	32.6	376.9
Cidade de Maputo	92.9	52.3	145.2	139.7	56.2	196.0	180.6	60.4	241.0	241.0	65.0	306.0
TOTAL	1,763.9	1,180.9	2,944.8	2,893.0	1,269.5	4,162.5	3,879.1	1,364.7	5,243.8	5,337.1	1,467.0	6,804.1

Fonte: Projecção do CFMP 2012-2014

57. O investimento em Infra-estruturas Distritais e o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) representam conjuntamente cerca de 14% dos recursos de afectação interna total para o investimento em 2012, estimando-se que alcance 19% em 2014.

58. Em 2011 foi introduzida uma rubrica direccionada à reabilitação de infra-estruturas Distritais à luz do Programa de Infra-estruturas para os Órgãos Locais do Estado (nível distrital) aprovado pelo Governo em 2008. Este programa¹⁶ surge pelo reconhecimento que se tem do facto de parte

¹⁵ Para a afectação da componente interna, do valor adicional global em cada ano a alocar as Províncias, distribui-se entre estas dependendo essencialmente do tamanho da população e número de pobres existentes. No que concerne ao investimento externo, assume-se a manutenção dos níveis actuais de 2011 em termos reais, uma vez que ainda não houve confirmação dos financiamentos ao Orçamento do Estado de 2012 com recursos aos fundos externos.

¹⁶ O programa que está previsto a ser implementado até 2015, considera cenários de implementação em consideração das prioridades, nomeadamente:

- Cenário 1. Preconiza a construção e reabilitação de edifícios ao nível das unidades territoriais criadas em 1986, sendo um total de 25 Distritos e um conjunto de Postos Administrativos e Localidades e reconstrução de edifícios de Sedes Distritais e Postos Administrativos destruídos em consequência das guerras e calamidades naturais

significativa dos Distritos, Postos Administrativos e Localidades do País não disporem de infra-estruturas adequadas para o funcionamento dos órgãos locais do Estado¹⁷. O Quadro 15 apresenta as rubricas de investimento ao nível distrital.

Quadro 15. Afectação de recursos para investimento distrital

Rubrica (Milhões de Meticais)	OE 2011	CFMP 2012	CFMP 2013	CFMP 2014
Infra-estruturas Sócio-Económicas	911.6	1,365.3	2,548.5	3,074.9
Fundo de Desenvolvimento Distrital	1,080.7	1,200.0	1,500.0	1,700.0
Infra-estruturas Administrativas	300.0	322.5	348.0	375.1
TOTAL	2,292.3	2,887.8	4,396.4	5,150.0

Fonte: Projectão do CFMP 2012-2014

5.3. Outras despesas relevantes

59. No âmbito dos esforços para a redução da pobreza, para este quinquénio, prevê-se a implementação do Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU 2011-2014) que encerra um conjunto de acções que conduzem à melhoria das condições de vida da população urbana, através da promoção do emprego e do fortalecimento da protecção social. O direccionamento da problemática da pobreza urbana será feito mediante três eixos, nomeadamente geração de emprego; melhoria do ambiente de negócios e da protecção social. O impacto orçamental da implementação do PERPU é de 140 milhões de Meticais tendo iniciado já no corrente ano em onze Municípios do País.

60. Os Encargos Gerais do Estado (EGE) são compostos por um grupo de despesas que não são necessariamente da alçada de uma Unidade Gestora Executora (UGB)¹⁸. O Quadro que segue apresenta as despesas em EGE e operações financeiras entre 2012 e 2014. A projecção para o próximo triénio nesta categoria de despesa, tem em conta a realização de eleições

- Cenário 2. Que inclui Povoações, Localidades e Postos Administrativos propostos para a sua elevação a Localidades, Postos Administrativos e Distritos respectivamente, à luz das propostas de criação, alteração elevação, transferência e mudança de toponímia de Unidades Territoriais bem como edifícios para outros Distritos e Postos Administrativos que não possuem infra-estruturas adequadas.

¹⁷ Estas infra-estruturas compreendem as unidades territoriais criadas ou elevadas sem a criação das devidas infra-estruturas; edifícios destruídos pela guerra e calamidades; instalações de material precário, edifícios velhos já degradados e edifícios relativamente bem conservados mas de dimensões inadequadas.

¹⁸ Embora possa ser a direccionado a este.

autárquicas, legislativas e gerais em 2013 e 2014, respectivamente¹⁹. A categoria de operações financeiras engloba capital social às empresas (saneamento e participações e amortização de empréstimos externos e internos bancários).

Quadro 16. Encargos Gerais e Operações Financeiras

(Milhões de Meticais)	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Despesa	Rev OE	CFMP	CFMP	CFMP	Rev OE	CFMP	CFMP	CFMP
Encargos Gerais do Estado	22,322	26,880	32,542	37,489	24.0%	25.5%	26.8%	26.6%
Operações Financeiras (inte)	3,357	5,273	4,097	4,865	3.6%	5.0%	3.4%	3.4%
TOTAL	25,678	32,153	36,639	42,354	27.6%	30.5%	30.1%	30.0%

Fonte: Projecção do CFMP 2012-2014

6. RESUMO DA AFECTAÇÃO DE RECURSOS

61. O quadro 17 apresenta o total dos recursos de afectação interna, para as despesas de funcionamento e de investimento em conjunto por âmbitos. De 2011 a 2014 espera-se que as despesas do âmbito Central reduzam em cerca 4.3 pp, o que favorecerá a criação de um espaço fiscal para um aumento de recursos para realização das despesas no nível Distrital que se mantêm estável ao longo dos três anos.

Quadro 17. Distribuição das Despesas totais (componente interna) em milhões de Meticais

(Milhões de Meticais)	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Âmbito	OE	CFMP	CFMP	CFMP	OE	CFMP	CFMP	CFMP
Central	38,154.0	41,282.8	44,780.6	49,698.9	39.5%	38.2%	35.9%	34.8%
Provincial	15,204.2	17,166.1	20,462.6	23,178.2	15.7%	15.9%	16.4%	16.2%
Distrital	14,622.4	16,570.2	19,804.7	23,667.2	15.1%	15.3%	15.9%	16.6%
Autárquico	1,597.6	1,869.7	2,314.2	3,393.9	1.7%	1.7%	1.9%	2.4%
TOTAL*	69,578	76,889	87,362	99,938	72.0%	71.1%	70.1%	70.0%

Fonte: Projecção do CFMP 2012-2014

* Estes totais excluem os Encargos Gerais e Operações Financeiras

19 Compõem ainda a esta categoria as transferências as famílias e as Embaixadas e pensões.

62. O CFMP 2012-2014 apresenta limites globais para as despesas de funcionamento e investimento. A partir destes limites globais, será feita a afectação de recursos para cada Unidade Gestora Executora (UGE) respeitando os limites globais.